

6. EMPREITADA: CPE. 10.22 DMOSM - REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR” -

Da **DMOSM**, submetendo no âmbito do procedimento supramencionado, o Relatório Final de análise e avaliação das propostas, para **ratificação da aprovação** em reunião de Câmara, nos seguintes termos: ratificação da aprovação da Não Adjudicação da empreitada “Requalificação e Ampliação do JI de Gualtar”, em conformidade com o disposto no artigo 79.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos. Documentos constantes no processo.



BRAGA

DMOSM/DOM/UAC

RELATÓRIO PRELIMINAR
CONCURSO PÚBLICO: CPE.10.22.DMOSM

Remeta-se à Sr.^a
Diretora.

O Diretor do DOM,

07/11/2022

Remeta-se ao Sr.
Presidente.

A Diretora da DMOSM,

2022/11/07

Despacho: Tomei conhecimento.

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

22/11/07

Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas

I - INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:

Concurso Público: CPE.10.22.DMOSM

Contratação: empreitada de "REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR".

Preço base (Pb): €1.032.899,39 (um milhão trinta e dois mil, oitocentos e noventa e nove euros e trinta e nove centimos), (sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 12 (meses).

Abertura das propostas: 25/10/2022

Membros efetivos:

Membros suplentes:

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 07/11/2022, com o objetivo de proceder à análise e ordenação das propostas apresentadas no âmbito do procedimento de formação do contrato público supra identificado e destinado à formação do contrato de empreitada de "REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR", promovido pela Câmara Municipal de Braga. Por este meio assegura-se, assim, o cumprimento do disposto no artigo 146.º do Código dos Contratos

Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e retificações em vigor.

II – VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

O júri do procedimento procedeu à análise, nos termos determinados pelo Programa de Concurso, das propostas apresentadas, sendo somente considerados os documentos apresentados pelos concorrentes, não tendo o júri identificado a necessidade de solicitar, nos termos previstos no artigo 72.º do *Código dos Contratos Públicos*, esclarecimentos sobre as propostas, tendo, portanto, formado a sua convicção exclusivamente com base na informação vertida na documentação apresentada.

III – INDICAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS:

Apresentaram propostas os concorrentes a seguir identificados:

Identificação do concorrente	Preço
COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	€351,09
RUI VILAÇA PINHEIRO, LDA.	€1.236.585,99
CONSTRUÇÕES F.M. MAGALHÃES, LDA.	€1.238.718,94
MARIJOBEL, LDA.	€1.030.000,00

IV - ANÁLISE (exclusão e admissão) DAS PROPOSTAS:

Os trabalhos do júri iniciaram-se com a análise das propostas, no sentido de determinar se as mesmas se conformavam com as disposições do procedimento e com as normas do *Código dos Contratos Públicos*.

Em resultado da análise das propostas supramencionadas, o júri decidiu, nos termos do artigo 70.º e 146.º do CCP, a **exclusão** das propostas apresentadas pelos seguintes concorrentes:

- COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.

Motivo de exclusão: Não apresentação de todos os documentos que constituem a proposta, nomeadamente os indicados nas alíneas a) e e) a g) do n.º 1 do artigo 12.º do Programa do Concurso, sendo a exclusão determinada pela alínea d), do n.º 2 do artigo 146.º do CCP;

Motivo de exclusão: Não apresentação de atributos, indispensáveis à avaliação das propostas, e de termos e condições a que os documentos previstos no artigo 12.º do Programa do Concurso, visavam dar resposta, sendo a exclusão determinada pelo artigo 70.º, n.º 2, a) e c) e pelo artigo 146.º, n.º 2, o) do CCP.

- RUI VILAÇA PINHEIRO, LDA.

Motivos da exclusão: Apresentação do preço da proposta (€1.236.585,99), superior ao preço base do procedimento (€1.032.899,39). - Exclusão fundamentada na alínea o) do n.º 2, artigo 146.º, conjugado com a alínea d) do n.º 2, do artigo 70.º, ambos do CCP.

- CONSTRUÇÕES F.M. MAGALHÃES, LDA.

Motivos da exclusão: Apresentação do preço da proposta (€1.238.718,94), superior ao preço base do procedimento (€1.032.899,39). - Exclusão fundamentada na alínea o) do n.º 2, artigo 146.º, conjugado com a alínea d) do n.º 2, do artigo 70.º, ambos do CCP.

- MARIJOBEL, LDA.

Motivo de exclusão: Não apresentação de todos os documentos que constituem a proposta, nomeadamente o indicado na alínea f) do n.º 1 do artigo 12.º do Programa do Concurso (Declaração de compromisso do subempreiteiro para execução dos trabalhos), em violação do disposto nos artigos 57.º, n.º 1, al. c), 70.º, n.º 2, alínea a) e 146.º, n.º 2, alíneas d) e o) do Código dos Contratos Públicos e artigo 12.º do Programa do Procedimento.

Fundamentação da exclusão:

No programa do procedimento exige-se no artigo 12.º, n.º 1, alínea e) (documentos que constituem a proposta) o seguinte: «Indicação dos preços parciais propostos em correspondência às habilitações contidas no alvará, em cumprimento do

disposto no n.º 4 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, aplicando-se o disposto no n.º 5 desse mesmo normativo se for o caso».

Por sua vez, no artigo 60.º, n.º 4 do Código dos Contratos Públicos, sob a epígrafe “Indicação do Preço”, dispõe-se o seguinte: «No caso de se tratar de procedimento de formação de contrato de empreitada ou de concessão de obras públicas, o concorrente deve indicar na proposta os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos certificados de empreiteiro de obras públicas, ou nas declarações emitidas pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., nos termos da portaria referida no n.º 2 do artigo 81.º do CCP.

Ou seja,

consta do programa do procedimento a exigência aquando da apresentação das propostas, a indicação dos respetivos alvarás que comprovem as respetivas habilitações.

Trata-se, assim, de documentos de habilitação, exigidos no procedimento, em conformidade com o exigido no artigo 60.º, n.º 4 do Código dos Contratos Públicos, que exige que o concorrente indique na proposta os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos certificados de empreiteiro de obras públicas, ou nas declarações emitidas pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, IP nos termos da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro.

Na apresentação da proposta o concorrente Marijobel, Ida, indica o seu próprio alvará para a execução de todos os trabalhos, não indicando qualquer participação de terceiros na execução do contrato, no caso da sua proposta vir a obter a adjudicação. O Júri verificou, através da consulta ao Alvará (n.º 64880), no portal do IMPIC, que este concorrente não detém todas as categorias e subcategorias necessárias para execução da empreitada previamente definidas no artigo 23.º do Programa do Concurso, nomeadamente as seguintes:

- A 1.ª subcategoria (Instalações elétricas de utilização de baixa tensão com potência até 50kVA) da 4.ª categoria (Instalações elétricas e mecânicas), na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitam.

- A 10.^a subcategoria (Sistemas de extinção de incêndios, de segurança e de deteção) da 4.^a categoria (Instalações elétricas e mecânicas), na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitam.
- A 12.^a subcategoria (Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração) da 4.^a categoria (Instalações elétricas e mecânicas), na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitam.

Relativamente ao momento da apresentação da declaração de compromisso, o autor Pedro Fernández Sánchez, in Direito da Contratação Pública, vol. II, pág. 450, conclui o seguinte: «Por isso, no momento da apresentação da proposta, não se requer ao concorrente mais do que uma declaração subscrita pelo próprio, quanto à participação de terceiros na execução do contrato, no caso da sua proposta vir a obter a adjudicação, indicando a identidade de tais terceiros e as exatas prestações que lhe são atribuídas. No caso de um contrato de empreitada, é inevitável que indique também os preços parciais dos trabalhos que os terceiros se propõem executar, já que, de outro modo, não ficará completa a lista de preços parciais a que se referem os n.ºs 4 e 5 do art.º 60.º do CCP».

Assim, neste caso a apresentação da referida declaração tornou-se inevitavelmente aplicável, pelo que o concorrente Marijobel, lda, teria obrigatoriamente, **sob pena de exclusão**, conforme é exigido na alínea f) do n.º 1 do artigo 12.º do Programa do Concurso, de apresentar a Declaração de compromisso do subempreiteiro para execução dos trabalhos.

Pode concluir-se assim, que o concorrente Marijobel, lda, não está autorizado por alvará a executar todos os trabalhos previstos e não apresenta intenção de adjudicação a terceiros, nomeadamente a declaração de compromisso de qualquer terceiro eventualmente contratado que seja possuidor da referida habilitação, ou seja do respetivo alvará [donde constassem os preços parciais dos trabalhos que esse terceiro se proporia executar], o que lhe era exigido nos termos supra definidos desde logo pelo programa do procedimento e pelo artigo 2º, n.º 2 da Portaria nº 372/2017. Existe assim, motivo para decidir pela exclusão da proposta atenta a violação do disposto nos artigos 57.º, n.º 1, al. c), 70.º, n.º 2, alínea a) e 146.º, n.º 2, alíneas d) e o) do Código dos Contratos Públicos e artigo 12.º do Programa do Procedimento.

V - ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS

Tendo sido todas as propostas excluídas, não há lugar a qualquer ordenação das propostas.

VI – AUDIÊNCIA PRÉVIA

Finalmente, de acordo com o disposto no artigo 147.º do CCP, o júri procederá, seguidamente, à notificação dos concorrentes para que se pronunciem, no prazo de **cinco** dias úteis, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sobre o presente relatório, do qual se enviará um exemplar.

Para o efeito, serão disponibilizados na plataforma eletrónica da entidade adjudicante os seguintes documentos:

- Propostas apresentadas.

O Júri do Procedimento